

**Paulo Lopes**

Conselheiro do CNE



## “Não deixamos cair o Alexandre” nem o Falcão!

**A**s Escolas Secundárias Alexandre Herculano no Porto e a José Falcão em Coimbra herdaram os genes dos Liceus mais antigos do país.

O primeiro foi inaugurado em 1921 (vindo de outras instalações e de outros nomes). O segundo, por via do “Colégio das Artes”, fundado em 1548 por D. João III, foi “Liceu de Coimbra”, depois Liceu José Falcão, adiante rebatizado Liceu D. João III, e muda para as atuais instalações em 1936. Desde essa data, a única alteração de substância feita à escola ocorre em abril de 1974, com nova mudança do nome.

Estas duas escolas já justificaram, repetidamente, cada escudo nelas investido. Vão no segundo ciclo de depreciação, embora com um legado inatingível pelas intervencionadas pela Parque Escolar, como a Secundária Jácome Ratton, em Tomar, onde só a fatura tangível de 12 candeeiros, ascendeu a 20.000€. Que diriam sobre isto Almada Negreiros, António José de Almeida, Bernardino Machado, Bissaya Barreto, Eugénio de Castro, Fernando Namora, Manuel Teixeira Gomes, Miguel Torga, Veiga Simão ou o Zeca Afonso? Três ex-presidentes da República entre dez ex-alunos desta escola de Coimbra e estes entre muitos outros que aí “passaram”.

Sem a manutenção que lhes era devida, os seus alunos sujeitam-se a que lhes caia “um bocado de teto em cima”. “Chove em várias salas” e “em abundância no pavilhão, cujo pavimento apresenta fissuras”, “parte da canalização e da instalação elétrica é ainda a original” e “no inverno, há alunos que trazem mantas”. No Porto, a escola avançou com a petição “Não deixamos cair o Alexandre”. Quase em simultâneo, cerca de 300 estudantes tiveram de ser deslocados para a Ramalho Ortigão. Em Coimbra, num edifício da génese da arquitetura moderna em Portugal, a petição é pela “Intervenção urgente e de fundo...”. Ambas pretendem levar a discussão à Assembleia da República, salvar os edifícios classificados e devolver a dignidade ao serviço público de educação que, honra seja feita aos seus atuais diretores, não pode ser apenas avaliado pelos resultados dos rankings.

É hora de o estado enriquecer estas instalações. Não deixa de ser curioso que, em março de 2016, o estudo “Análise da Rede de Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo com contrato de associação”, tenha apresentado estas duas unidades com “capacidade para acolherem turmas adicionais” vindas, no primeiro caso, do Externato Liceal Paulo VI e, no segundo caso, do Colégio de S. José. Independentemente da motivação ideológica, estas opções dizem muito da seriedade destes “estudos” e das políticas nelas sustentadas, pelo menos no que toca à salvaguarda da integridade e segurança dos alunos.

Mas, pior que uma má opção política ou um devaneio luminoso da Parque Escolar, é alguém se ter lembrado de garantir à tutela, já depois do citado “estudo”, que “as escolas públicas [do concelho de Coimbra] se encontram subaproveitadas e estão em condições de assegurar resposta educativa de qualidade a todos os alunos” (sic).